

BOLETIM 794

Brasília, 22 de maio de 2019



FGV/IBRE: desigualdade de renda atinge o pior patamar dos últimos sete anos

Com a ajuda de Bolsonaro, a desigualdade de renda dos trabalhadores brasileiros atingiu no primeiro trimestre de 2019 o maior patamar desde o começo da série histórica, em 2012, segundo sondagem do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE).

De acordo com o estudo do IBRE, divulgado na terça-feira (21), a desigualdade no mercado de trabalho aumentou pelo 17º trimestre consecutivo e alcançou seu maior nível em pelo menos sete anos. O índice de Gini, que mede a renda do trabalho per capita, alcançou 0,627. Quanto mais perto de 1, maior é a desigualdade.

De acordo com o pesquisador da área de Economia Aplicada do FGV IBRE, Daniel Duque, a

desigualdade da renda subiu quando se observa a renda individual do trabalhador e também a renda por domicílios.

“As oscilações na relação entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres indicam que **desde novembro de 2015 essa desigualdade vem subindo**. De acordo com o levantamento, a variação acumulada real da renda média entre os mais ricos (10% da população) e os mais pobres (40% da população) mostra que, no período pré-crise (até 2015), os mais ricos tiveram aumento real de 5% e os mais pobres, o dobro, 10%.

Depois do pós-crise, **a renda acumulada real dos mais ricos aumentou 3,3% e a dos mais pobres caiu mais de 20%**. Observando-se toda a série histórica, desde 2012, a renda real acumulada dos mais ricos aumentou 8,5% e a dos mais pobres caiu 14%”, diz nota do IBRE.

A alta da desigualdade no primeiro trimestre de 2019 é mais um reflexo da estagnação econômica que passa o país, aprofundada no governo Bolsonaro, quando todos os indicadores econômicos ficaram no vermelho no três primeiros meses do ano: produção industrial, vendas do comércio varejista, volume de serviços e o emprego – são 13,4 milhões de brasileiros desempregados no trimestre encerrado em março.

Nesta segunda-feira (20), o boletim Focus do Banco Central (BC) voltou a derrubar pela 12ª vez consecutiva a estimativa de crescimento da economia em 2019. A previsão para o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) caiu de 1,45% na semana passada para 1,24%. Em janeiro, a previsão de alta do PIB para este ano era de 2,4%.

Institutos e bancos já apontam para recessão no primeiro trimestre deste ano.

Fonte: Portal HP



Oposição prepara amplo movimento contra governo

Nesta segunda-feira (20), cerca de 40 lideranças políticas e sociais reuniram-se, em São Paulo, para debater a situação do país e buscar formas de construir uma ampla unidade em um movimento de oposição ao atual presidente da República, Jair Bolsonaro.

Entre os presentes, estavam o advogado Pedro Serrano, que cedeu seu apartamento para o encontro, os ex-candidatos a presidente Fernando Haddad (PT) e Guilherme Boulos (Psol); o deputado federal e presidente do Pcdob-SP, Orlando Silva; os ex-ministros Aloízio Mercadante (PT) e José Gregori (PSDB), o deputado federal e presidente do PV, José Luis Penna; o ex-senador e vereador Eduardo Suplicy, o ex-deputado José Aníbal e o vereador tucano Daniel Anneberg, ambos do PSDB; José Gustavo, porta voz da Rede; o ex-candidato ao governo de São Paulo pelo PDT, Marcelo Cândido; o vereador de Campinas, Gustavo Petta (PCdoB); a presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE), Marianna Dias, além de outras lideranças do PDT, Cidadania, PSOL e PCdoB e dirigentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e do movimento negro.

"A ideia é ver se a gente quebra o gelo e atua com uma plataforma comum", disse o advogado Pedro Serrano, que cedeu seu apartamento para o encontro. Já o advogado Marco Aurélio Carvalho defendeu a busca por uma "pauta comum". "O que nos une é maior do que aquilo que nos divide", disse ele.

O deputado Orlando Silva (PCdoB), considerou o encontro importante e sua realização cheia de significado. "Representantes de diversas correntes políticas, que fizeram intensas disputas políticas, se reuniram em torno da defesa da democracia. Foi um degelo", destacou o

parlamentar comunista. E enfatizou: "Espero que inspire o combate ao sectarismo que tem sido uma marca da atual conjuntura política".

Segundo os organizadores, o encontro foi um marco importante no esforço de construção de uma ampla frente democrática contra os retrocessos representados pelo governo Bolsonaro, pra além das forças de esquerda, nós conseguimos reunir forças que sempre estiveram juntas em defesa da democracia, que se uniram pela ultima vez nas diretas já, e que agora voltam a se unir pra defender a constituição de 88, os direitos civis, sociais, políticos e a democracia no nosso país. Uma unidade histórica, pautada pela luta em defesa da democracia brasileira e pela compreensão de que nesse momento, o que os une é maior do que aquilo que lhes divide. O movimento se chamará "Direitos Já – Fórum pela Democracia" e terá um manifesto que será lançado no TUCA, da PUC-SP, ainda sem data prevista. A ideia é replicar esse esforço por todo o país e buscar adesão nas demais regiões, como os governadores do Nordeste.

Fonte: Estadão

Treze capitais já anunciaram atos em defesa da educação dia 30

Após o sucesso do Dia Nacional Em Defesa da Educação, ocorrido em 15 de maio, estudantes e professores convocam os brasileiros para mais um dia de luta e reforço da defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, e também contra os cortes de 30% da verba destinada às universidades federais anunciados pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub. O Segundo Dia Nacional Em Defesa da Educação acontece no dia 30 de maio com atos em todas as regiões do país.

A mobilização do dia 30 promete ser ainda maior, segundo os organizadores. O novo ato também é um "esquenta" para a Greve Geral contra a reforma da Previdência que ocorre no dia 14 de junho.

Trabalhadores protestam contra MP que privatiza saneamento básico

Na manhã desta terça (21), quase cinco mil trabalhadores foram ao prédio da Sabesp, na avenida do Estado, São Paulo, em protesto contra o Projeto de Lei de Conversão 8/19 (antiga MP 868/18) que, se aprovado, privatiza o serviço de saneamento básico.

Convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema-SP), o ato contou com apoio da CTB, CUT, CGTB, Nova Central, Fenatema, FNU e também vários sindicatos.

Para José Antônio Faggian, presidente do Sintaema-SP, a participação superou a expectativa. “Mandamos o recado. Os trabalhadores não aceitam a privatização do saneamento, porque além de piorar o serviço, vai aumentar a tarifa”, afirma.

Durante o ato, também foi debatido a manifestação programada para o dia 30 em defesa da Educação. “Assim como o saneamento atinge todas as pessoas, a Educação é uma causa que afeta a todos trabalhadores. Por isso, vamos nos mobilizar dia 30 em defesa da educação”, ressalta Faggian.

Congresso – O presidente da CTB de São Paulo, Rene Vicente, informou que diversas lideranças da categoria, que formam a Frente Nacional do Saneamento Público, estão em Brasília. “Eles fazem pressão junto aos deputados, inclusive com a apresentação de carta dos governos estaduais, que também são contrários a MP”, conta.

Fonte: Agência Sindical



Barão de Cocais (MG) vive a tensão de esperar a lama

Vale anunciou que talude pode desabar até o fim de semana e causar a ruptura de mais uma barragem de rejeitos

“Eu trabalho aqui. Aqui é meu sustento. Desde o dia 8 de fevereiro, praticamente, eu não consigo levar minha vida normal. É muito triste viver uma situação dessa e saber que pode vir a lama e devastar um lugar tão bonito como é hoje”, desabafa Rogério Souza Reis, comerciante, que mora em Barão de Cocais, região Central de Minas Gerais, há mais de 20 anos.

A qualquer momento, o talude norte da mina do Congo Soco pode desabar e causar o rompimento da barragem de rejeitos Sul Superior, tornando a Vale responsável por mais um crime socioambiental. A previsão é que cerca de seis mil moradores ribeirinhos serão atingidos e que a lama pode chegar até o centro comercial da cidade.

Em nota, a Vale informa que, desde a identificação da movimentação do talude, vem tomando uma série de medidas necessárias para avisar a população sobre a situação e que, ainda, não existem elementos técnicos para se afirmar que o escorregamento do talude causará a ruptura da barragem Sul Superior. Mesmo assim, a mineradora ressalta que está reforçando o nível de alerta e que a cava e a barragem são monitoradas 24h por dia.

Fonte: Brasil de Fato



Pela primeira vez, pesquisa aponta desaprovação maior que aprovação de Bolsonaro

O governo de Jair Bolsonaro (PSL), pela primeira vez desde o início do mandato, foi negativamente avaliado por uma pesquisa de opinião. Um levantamento do Atlas Político constatou mais avaliações da gestão como ruim ou péssima, 36,2%, do que como ótima ou boa, 28,6%. Uma parcela de 31,3% afirmou considerar o governo regular.

Destaca-se o percentual das pessoas que aprovam o governo, que decresceu cinco pontos desde a última pesquisa, realizada em abril. A pesquisa consultou 2 mil pessoas, entre 19 e 21 de maio, e tem margem de erro de 2 pontos percentuais.

Motivos da queda - A mesma pesquisa revela outros números que podem ajudar a explicar a queda de popularidade de Jair Bolsonaro. Um exemplo é repercussão dos protestos contra cortes anunciados pelo mandato nos investimentos em educação pública: 51,5% dos entrevistados pelo Atlas Brasil disseram ser contra os cortes. Por outro lado, 45% dos brasileiros apoiam o contingenciamento. Também pode ter pesado na balança, a investigação das finanças do senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente, pelo Ministério Público. Mais da metade das pessoas (54,3%) afirmam ser a favor de que Flávio seja preso, ao passo em que 86,3% disseram ter ficado sabendo do caso.

Fonte: Brasil de Fato

Ministro libera recurso sobre adicional de 10% na multa de FGTS

O ministro Marco Aurélio Mello, do STF, liberou para julgamento recurso que discute a constitucionalidade da cobrança de adicional de 10% nas multas de FGTS em caso de demissão sem justa causa. O valor é cobrado em conjunto com a multa de 40%, mas a fatia fica com a União. O julgamento ainda não tem data para acontecer.

O adicional foi criado pela Lei Complementar 110/2001 para cobrir uma despesa específica da União: a recomposição, determinada pelo Supremo, das contas vinculadas ao FGTS atingidas pelos expurgos inflacionários dos Planos Verão e Collor I, rombo então orçado em R\$ 42 bilhões.

A repercussão geral foi reconhecida em 2015 na ação apresentada pela Intelbras. No recurso, a empresa alega que a cobrança é indevida pois sua finalidade já foi atingida em 2007. Além disso, a Intelbras aponta que a Caixa Econômica Federal afirmou, em ofício, que a arrecadação da contribuição está sendo remetida ao Tesouro Nacional, uma vez que as contas do FGTS já não são mais deficitárias.

A cobrança chegou a ser extinta pelo Congresso em 2013, mas a proposta foi vetada pela presidente Dilma Rousseff. Mas foi a mensagem da presidente que motivou o recurso que agora será julgado pelo Supremo.

Em 2015, o ministro lembrou que o Supremo já analisou a constitucionalidade da contribuição no julgamento da ADI 2.556, da relatoria do ministro Joaquim Barbosa. No entanto, segundo o ministro, "a controvérsia contemporânea envolve definir se a satisfação do motivo pelo qual foi criada implica a inconstitucionalidade superveniente da obrigação tributária".

Fonte: Consultor Jurídico



Custeio de plano de saúde de aposentado pode ser diferente de ativos

A Lei dos Planos de Saúde (Lei 9.656/98) garante aos aposentados as mesmas condições e qualidade de assistência médica. Contudo, não garante direito adquirido a um determinado modelo de custeio. Tanto que, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é possível que o empregador possua carteira distinta para aposentados.

A decisão é do ministro Marco Buzzi, do STJ, ao reformar acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo que havia obrigado a Amil a cobrar de uma aposentada demitida o mesmo valor que pagava quando era empregada ativa.

Segundo o ministro, a decisão do TJ-SP contraria orientação do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema. O ministro explica que a corte já firmou jurisprudência no sentido de que a Lei dos Planos de Saúde não confere a ex-empregados direito adquirido a um determinado modelo de custeio, mas tão somente garante a paridade em relação à qualidade e ao conteúdo de cobertura assistencial.

"Destaque-se, ademais, que, para tanto, é possível que o empregador estabeleça carteiras distintas para membros da ativa e aposentados ou demitidos, custeadas a partir de regimes de contribuição diferentes", complementou.

Assim, o ministro deu provimento ao recurso, reformando a decisão do TJ-SP e julgando improcedente o pedido da aposentada demitida para adequação da mensalidade de seu plano de saúde no mesmo valor dos membros da ativa.

Fonte: Consultor Jurídico

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS